

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

A IGUALDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

**CURITIBA
2005**

NELSON SHIOITI SHIN-IKE JUNIOR

A IGUALDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Direito, sob orientação do Prof. Eliseu de Moraes Correa.

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO

Nelson Shioiti Shin-Ike Junior

A Igualdade na Constituição de 1988

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador:



Prof. Elizeu de Moraes Corrêa
Departamento de Direito Público, UFPR



Prof. Manoel Eduardo A. Camargo e Gomes
Departamento de Direito Público, UFPR



Prof. Thiago Lima Breus
Departamento de Direito Público, UFPR

Resumo

O trabalho em voga está direcionado a compreender o princípio da igualdade. A noção de igualdade é muito antiga, onde alguns afirmam que é um direito pré-estatal, direito fundamental, direito constitucional e etc. Este estudo busca esclarecer a aplicação da igualdade na Constituição de 1988. Não basta que se conheça o célebre ensinamento de Aristóteles acerca do tema, ou ainda, o sentido de igualdade apresentado pela revolução Francesa, faz-se necessário uma pesquisa detalhada acerca de tal mandamento.

Desta forma primeiramente é apresentada uma noção geral do princípio, depois uma diferenciação entre igualdade formal e igualdade material, posteriormente a aplicação do princípio. A *posteriori* uma interpretação do fator de *discrímen* é feita com intuito de clarear as possibilidades de desigualdades que não afrontam a Carta Maior.

Por fim é desenvolvido um comentário à Constituição sob o prisma da igualdade, concluindo assim o trabalho presente, enfocando de maneira direta a vontade do legislador ao direcionar a Lei Maior no sentido de minimizar as desigualdades para uma prosperidade social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE: NOÇÃO GERAL	2
2. PRINCÍPIOS E REGRAS	5
3. A IGUALDADE	7
3.1 Igualdade material	8
3.2 Igualdade formal	8
4. ISONOMIA E FATOR DE DISCRÍMEN	10
4.1 Discrímen legal	11
5. A IGUALDADE E OS DIVERSOS FATORES DE DISCRIMINAÇÃO	12
6. A IGUALDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	13
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

O tema que este trabalho apresenta, a primeiro momento nos parece óbvio, sem menores dificuldades para apresentá-lo. Esta oração seria verdade se analisássemos apenas sob o ponto de vista ideológico, porém a finalidade de tal estudo é integrá-la no âmbito jurídico.

Por várias vezes, encontramos dificuldades nas nossas vidas, problemas estes que muitas vezes não se deparam em normas reguladoras, mas sim, em uma deficiência objetiva, relacionada aos princípios constitucionais, nas diversas relações jurídicas travadas no seio do nosso sistema legal.

Tal problemática se encontra nas questões referentes aos princípios, seus conceitos, limitações e aplicações destes “alicerces”.

Este estudo limita-se ao princípio da Igualdade, sendo assim, em primeiro momento faz-se uma abordagem geral sobre o que seria um princípio constitucional, em qual categoria jurídica doutrinária ele se enquadraria, quais suas limitações, sua relevância e etc.

Após tal análise parte-se um estudo aprofundado sobre a igualdade, classificando entre igualdade formal e igualdade material. Esta parte, de extrema necessidade, visa enfocar aspectos jurídicos ou não de tal vocábulo.

A seguir, uma breve análise histórica sobre o princípio da igualdade será feito, onde serão apresentadas diversas lições de pensadores que refletiram de maneira ilustre tal ideologia.

Posteriormente, abrangendo de forma sintética o tema, ensinamentos de grandes mestres serão enfocados, neste momento apresentar-se-ão reflexões acerca do princípio em foco.

Por fim, é de grande valor que se exponham decisões proferidas pelo nosso sistema judiciário.

Assim, o presente trabalho objetiva demonstrar a importância do estudo do princípio da igualdade, bem como a sua aplicação e os fatores que direcionam tal dispositivo.

1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE: NOÇÃO GERAL

O princípio da Igualdade é um princípio constitucional estrutural relacionado aos direitos fundamentais. A palavra princípio no ordenamento constitucional, conforme SILVA (2004, p. 91), citando Mello deve ser entendida como “mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere tônica e lhe dá sentido harmônico”.

Dessa forma, é de primeira importância enfatizar o enquadramento do princípio supracitado no ordenamento jurídico, sua utilização, seu fundamento e outros aspectos relacionados a ele.

ÁVILA (2005, p. 129) coloca que princípios são normas que buscam diretamente sua função “imediatamente finalísticas, primariamente prospectivas e com pretensão de complementaridade e de parcialidade, para cuja aplicação demandam uma avaliação da correlação entre o estado de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção”.

Portanto, faz-se necessário compreender que, não se trata aqui de norma reguladora obrigacional e sim de uma complementaridade, visando sustentar e nortear o sistema jurídico.

A Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 5º, caput – que todos são iguais perante a lei. Tal dispositivo não visa somente igualar os cidadãos diante da norma legalmente positivada, mas salientar que a própria norma não pode ser editada antagonicamente à isonomia.

Afirma-se então que o tal princípio constitucional está direcionado ao legislador ou ainda ao magistrado. De acordo com MELLO (2004, p. 9), a equiparação dos indivíduos não tem por fonte somente o direito positivado, já que a mesma não impõem tratamento absolutamente igual a todos. Destarte, vários outros autores esclarecem e se posicionam doutrinariamente, lecionando através disto, seus entendimentos e convicções.

Neste foco, citando Francisco Campos, MELLO (2004, p. 9 -10) leciona que “não poderá subsistir qualquer dúvida quanto ao destinatário da cláusula

constitucional da igualdade perante a lei. O seu destinatário é, precisamente, o legislador e, em consequência, a legislação; por mais discricionários que possam ser os critérios da política legislativa, encontra no princípio da igualdade a primeira e mais fundamental de suas limitações”.

Acerca do tema, leciona de maneira esclarecedora e didática o ensinamento de SILVA (2003, p. 95) que os princípios constitucionais fundamentais integram o Direito Constitucional positivo, reconhecidos como normas fundamentais, normas-síntese ou normas-matriz que refletem as valorações políticas fundamentais do legislador constituinte, normas que se caracterizam por refletir as decisões políticas fundamentais que o constituinte acolheu na Carta Maior. Os princípios gerais compõem temas de uma teoria geral do Direito Constitucional, por tratarem de mandamentos gerais, relações, objetos, que podem ter seu estudo amparado na dogmática jurídico-constitucional.

Posteriormente, serão esclarecidas afirmações como esta, de forma que, não sobre dúvida alguma quanto aos critérios utilizados e necessários a tais lições.

O ensinamento sobre igualdade apresentado por Aristóteles, no qual o filósofo declara que igualdade seria tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual, não delimita o tema, já que a partir disto não é possível saber quem são os iguais e os desiguais, qual o tratamento desigual, qual a medida da desigualdade e etc. Não se nega, obviamente, que tal lição nos apresenta um importantíssimo ponto de partida, porém insuficiente aos nossos interesses.

Parte-se então para a próxima etapa, focando-se na lição de MELLO (2004, p. 12-13) que cita que “O princípio da igualdade interdita tratamento desuniforme às pessoas. Sem embargo, consoante se observou, o próprio da lei, sua função precípua, reside exata e precisamente em dispensar tratamentos desiguais. Isto é, as normas legais nada mais fazem que discriminar situações, à moda que as pessoas compreendidas em umas ou em outras vêm a ser colhidas por regimes diferentes. Donde, a algumas são deferidos determinados direitos e obrigações que não assistem a outras, por abrangidas em diversa categoria, regulada por diferente plexo de obrigações e direitos”.

É de extrema necessidade conceituar o tema presente, portanto, apresenta-se a seguir, o sentido da palavra princípio no ordenamento jurídico, para posteriormente se aprofundar no tema.

2. PRINCÍPIOS E REGRAS

A distinção entre regras e princípios é de extrema importância, a primeiro momento, no estudo relacionado aos direitos fundamentais.

Leciona CANOTILHO (2000, p. 1215) que “regras são normas que, verificados determinados pressupostos, exigem, proíbem ou permitem algo em termos definitivos, sem qualquer exceção”. Antagonicamente “princípios são normas que exigem a realização de algo, da melhor forma possível, de acordo com as possibilidades fácticas e jurídicas. Os princípios não proíbem, permitem ou exigem algo em termos de ‘tudo ou nada’; impõem a otimização de um direito ou de um bem jurídico, tendo em conta a ‘reserva do possível’, fáctica ou jurídica”.

Não se vê maiores dificuldades para diferenciação entre princípios e regras, porém os doutrinadores possuem diversas formas para tal fim. Serão apresentados variados critérios de diferenciação visando apresentar um maior leque sobre os dispositivos necessários a este trabalho.

De acordo com ÁVILA (2005, p. 129) “Normas não são textos nem o conjunto deles, mas os sentidos constituídos a partir da interpretação sistemática de textos normativos. Daí se afirmar que os dispositivos se constituem no objeto da interpretação; e as normas, no seu resultado”.

Pode-se dizer que princípio é onde começa algo, é o início, o ponto de partida. Neste sentido, princípio de uma rua, seria o começo da mesma, onde ela se origina, porém para o nosso estudo, deve-se identificar o significado de princípio perante o Direito.

José Cretella Junior, citado por MARTINS (2005, p. 69) ensina que “princípios de uma ciência são as proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes. Princípios, neste sentido, são os alicerces da ciência”. Logo, os princípios são as proposições que fundamentam as ciências, norteando-as e fundamentando-as. Para o Direito, princípio é o fundamento que orientará as normas jurídicas.

Não se nega então certa uniformidade entre os doutrinadores e nem grandes em definir ou conceituar os princípios. Porém, dada importância de *a priori* realizar estudo sobre tal conceituação, apresentam-se ainda, entendimentos de outros grandes doutrinadores.

Para o ilustríssimo professor Miguel Reale, citado por MARTINS (2005, p. 69), “princípios são verdades fundantes de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da *praxis*”.

Ainda que pareça inesgotável tal diferenciação, é de grande valia expor de maneira imparcial entendimentos acerca do assunto, porém é importante não tornar redundante o assunto.

ÁVILA (2005, p. 70) esclarece a diferenciação entre princípios e regras, delimitando suas características de maneira objetiva:

As regras são normas imediatamente descritivas, primariamente retrospectivas e com pretensão de decidibilidade e abrangência, para cuja aplicação se exige a avaliação da correspondência, sempre centrada na finalidade que lhes dá suporte ou nos princípios que lhes são axiologicamente sobrejacentes, entre a construção conceitual da descrição normativa e a construção conceitual dos fatos. Os princípios são normas imediatamente finalísticas, primariamente prospectivas e com pretensão de complementaridade e de parcialidade, para cuja aplicação se demanda uma avaliação da correlação entre o estado de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção.

Superado este problema, parte-se de uma boa noção de princípio para um estudo aprofundado sobre a igualdade.

3. A IGUALDADE

Neste momento, após apresentar e conceituar “princípio”, e seguindo um raciocínio, seria este o momento ideal para sintetizar as idéias relacionadas à igualdade.

ÁVILA (2005, p. 101) leciona que “A igualdade pode funcionar como regra, prevendo a proibição de tratamento discriminatório; como princípio, instituindo um estado igualitário como fim a ser promovido; e como postulado, estruturando a aplicação do Direito em função de elementos (critério de diferenciação e finalidade da distinção) e da relação entre eles (congruência do critério em razão do fim)”.

Este trabalho, no entanto, visa estudar a fundo o Princípio da Igualdade, esclarecendo que não é o objetivo esgotar tal tema, visto sua amplitude. Sendo então apresentadas as várias formas em que são empregadas o vocábulo igualdade e definindo nosso objetivo, passamos a expor de forma específica seus atributos.

Desta forma, muitos autores se manifestam sobre o assunto, expõe seu entendimento MARTINS (1992, p. 154 - 172) que a Carta Maior de 1988 recepcionou o princípio da igualdade de direitos, admitindo a igualdade de aptidão, uma igualdade de possibilidades virtuais, onde todos os cidadãos têm o direito de tratamento equânime pela lei, em correspondência com os critérios admitidos pelo ordenamento jurídico.

Diante deste raciocínio deve-se ressaltar que, como coloca MORAES (2003, 64), o que se reprime são as diferenciações arbitrárias, as discriminações absurdas aquelas que o fator de *discrimen* não se encontra a serviço de uma finalidade admitida pelo Direito.

ÁVILA (2005, p. 101) menciona ainda que “[...] o princípio da igualdade, ele próprio, nada diz quanto aos bens ou aos fins de que se serve a igualdade para diferenciar ou igualar as pessoas. As pessoas ou situações são iguais ou desiguais em função de um critério diferenciado”.

Qual seria tal critério, como ele funcionaria, quem os regulamentaria? Todas estas perguntas serão úteis para conclusão deste trabalho. Por ora, cabe salientar que de duas formas as pessoas são iguais ou desiguais no nosso sistema jurídico, de maneira formal ou material.

3.1 Igualdade material

O tratamento igualitário de todos os seres humanos é algo que não encontra nenhuma resistência no âmbito teórico da maioria das sociedades modernas, isto, para não generalizar e caracterizar como fundamento único e pétreo de todas as civilizações de hoje.

Tal afirmação sintetiza o entendimento da igualdade material. Parece claro, que deveria este, ser um pensamento e entendimento único no mundo moderno.

Todavia, surgem inúmeras situações em que não se seguem, muito menos se praticam tal ideologia. Este não é o momento ainda, para tratarmos de quais maneiras os seres humanos recebem tratamentos desiguais.

Utópico, seria esta a palavra correta, para concretizar a possibilidade de oferecer de forma uniformizada e livre de preconceitos, chances e oportunidades iguais a todos os indivíduos do mundo. Possibilitando assim, que todos tivessem a esperança concreta do sucesso e da satisfação.

Encontra-se em todas as sociedades modernas a ruptura de tal ideologia, basta-se olhar para as situações que envolvem o mundo dinâmico. Não é necessário apresentar situações extremas nas quais envolvem segurança pública, saúde, escola entre outros exemplos para verificar esse problema. Simples parece, imaginar situações diversas e corriqueiras para que se visualize a frustração daquele ideal.

A igualdade pura nos parece distante, surge então a necessidade de tratar desigualmente os desiguais, de forma a minimizar tais problemas que assolam todas as sociedades.

3.2 Igualdade formal

A igualdade formal deve ser entendida de maneira clara e simples, onde todos devem ser tratados de maneira igual perante a lei, assim como estabelece, por exemplo, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”.

Esta espécie de igualdade é a que tem relevância ao jurista. De fato, não há como se restringir somente ao direito positivo, para esclarecer tal igualdade pois como nos ensina MELLO (2004, p. 11) ao citar Kelsen:

[...] a igualdade dos indivíduos sujeitos a ordem pública, garantida pela Constituição, não significa que aqueles devem ser tratados por forma igual nas normas legisladas com fundamento na Constituição, especialmente nas leis. Não pode ser uma tal igualdade aquela que se tem em vista, pois seria absurdo impor os mesmos deveres e conferir os mesmos direitos a todos os indivíduos sem fazer quaisquer distinções, por exemplo, entre crianças e adultos, sãos de espírito e doentes mentais, homens e mulheres.

Como então se deve proceder, quais seriam as respostas para solucionar tal problemática? Estas respostas serão apresentadas nas páginas seguintes ao tratar da isonomia e do fator de *discrímen*.

4. ISONOMIA E FATOR DE DISCRÍMEN

Em seu ensinamento, MELLO (2004, p. 21) utiliza-se de maneira didática a classificação para a exposição de situações em que o princípio da isonomia não seria infringido, desta forma respeitando e enquadrando na idéia do tema deste estudo, a igualdade:

[...] o reconhecimento das diferenciações que não podem ser feitas sem quebra da isonomia se divide em três questões:

- a) a primeira diz com o elemento tomado como fator de desigualação;
- b) a segunda reporta-se à correlação lógica abstrata existente entre o fator erigido em critério de discrímen e a disparidade estabelecida no tratamento jurídico diversificado;
- c) a terceira atina à consonância desta correlação lógica com os interesses absorvidos no sistema constitucional e destarte juridicizado.

Esta classificação tripartida permite que de forma concreta qualquer questão referente à desigualdade seja avaliado. Então esclarece MELLO (2004, p. 21):

[...] tem-se que investigar, de um lado, aquilo que é adotado como critério discriminatório; de outro lado, cumpre verificar se há justificativa racional, isto é, fundamento lógico, para à vista do traço desigualador acolhido, atribuir o específico tratamento jurídico construído em função da desigualdade proclamada. Finalmente, impende analisar se a correlação ou fundamento racional abstratamente existente é, *in concreto*, afinado com os valores prestigiados no sistema normativo constitucional”.

Isto posto, entende-se que deva existir uma relação lógica entre a discriminação e sua consequência, exemplificando: Uma agência de modelos está recrutando somente mulheres com mais de um metro e setenta para um desfile de *lingerie*, assim, por questão óbvia homens não serão aceitos e por questão de uniformização das modelos uma estatura base deverá ser fundamental para a contratação do serviço das candidatas. Faz-se necessário que exista esta relação lógica concreta para que seja não se ofenda a isonomia.

Novamente recorre-se aos ensinamentos didáticos MELLO (2004, p. 23):

- “[...] a) a lei não pode erigir em critério diferencial um traço tão específico que singularize *no presente e definitivamente*, de modo absoluto, um sujeito a ser colhido pelo regime peculiar;
- b) o traço diferencial adotado, necessariamente há de residir na pessoa, coisa ou situação a ser discriminada; ou seja; elemento algum que não exista *nelas mesmas* poderá servir de base para assujeitá-las a regimes diferentes.

Contudo, a lei não pode singularizar o destinatário de maneira absoluta. Exemplificando: uma lei T, não poderá favorecer uma pessoa X, por atender tais critérios: possuir um nome Y, nascer no dia P e ainda ser casado no dia Z e possuir um amigo que desempenhe a função O na empresa W, com isso, fica claro a especificidade do fator (soma) de discriminação adotado, juntamente com um traço diferencial que não se encontra na pessoa e sim em um amigo. Esta lei seria inconstitucional pelos fatores supra.

Impedido é, também, que se estabeleçam hipóteses que se apresentem inviáveis de reprodução seja ela lógica ou material. Segundo MELLO (2004, p.25)

Haverá inviabilidade lógica se a norma *singularizadora* figurar situação atual irreproduzível por força da própria abrangência racional do enunciado. [...] Haverá inviabilidade apenas material, quando, sem empecilho lógico à reprodução da hipótese, haja todavia, no enunciado da lei, descrição de situação cujo particularismo revela uma tão extrema, da improbabilidade de recorrência que valha como denúncia do propósito, fraudulento, de singularização *atual absoluta* do destinatário.

4.1 Discrimen legal

Não há como negar, que a ilustre obra de Celso Antônio Bandeira de Mello, Conteúdo Jurídico do princípio da igualdade, seja base necessária para tal tema, desta forma por diversas vezes recorreremos a esta para didaticamente apresentarmos o tema.

Para que o fator de discriminação não ofenda ao preceito da isonomia, é necessário segundo o autor supra:

- a) que a desequiparação não atinja de modo atual e absoluto, um só indivíduo;
- b) que as situações ou pessoas desequiparadas pela regra de direito sejam efetivamente distintas entre si, vale dizer, possuam características, traços, *nelas residentes*, diferenciados;
- c) que exista, em abstrato, uma correlação lógica entre os fatores diferenciais existentes e a distinção de regime jurídico em função deles, estabelecida pela norma jurídica;
- d) que, *in concreto*, o vínculo de correlação supra-referido seja pertinente em função dos interesses constitucionalmente protegidos, isto é, resulte em diferenciação de tratamento jurídico fundada em razão valiosa – ao lume do texto constitucional – para o bem público. MELLO (2004, p. 41)

Assim, faz-se desnecessário qualquer complemento a este tópico, justificado pela didática e simplicidade da brilhante obra anteriormente citada.

5. A IGUALDADE E OS DIVERSOS FATORES DE DISCRIMINAÇÃO

A constituição de 1988 expõe de modo exemplificativo as hipóteses em que se podem identificar, de certa forma mais clara, os diversos modos preconceituosos repudiados pela nossa sociedade.

Conforme SILVA (2004, p. 222), “As constituições anteriores enumeravam as razões impeditivas de discriminação: sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Esses fatores continuam a ser encarecidos como possíveis fontes de discriminações odiosas e, por isso, desde logo, proibidas expressamente”.

É indubitável que não se consiga esgotar tal tema, prevendo todas as hipóteses de discriminação, não sendo este também o intuito do legislador. Logo de maneira genérica um rol de hipóteses é apresentado pela nossa Magna Carta, onde apresenta em seu art. 3º, IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Ainda de acordo com SILVA (2004, p. 222), “Proíbe-se também, diferença de salário, de exercício de funções e de admissão por motivo de sexo, idade, cor, estado civil ou posse de deficiência (art. 7º, XXX e XXXI). A Constituição assim o faz porque essas razões preconceituosas são as que mais comumente se tomam como fundamento de discriminação”.

No próximo capítulo apresentar-se-á Lei Maior, onde será esta objeto de estudo sob a ótica da igualdade, ficando mais claro as hipóteses supra apresentadas.

6. A IGUALDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Destarte, interpretado o que foi supra-exposto, e antes de adentrar à análise da própria Lei Maior, deve-se ter em mente segundo o entendimento predominante, que as vedações às distinções apresentadas pela Constituição seriam desnecessárias.

A grande contribuição da Constituição de 1988 foi a importância dada ao tema, onde desta forma o legislador constituinte optou por apresentar em diversos artigos, principalmente no 5º, situações em que a igualdade que deve ser obedecida.

O artigo supra-mencionado apresenta que “todos são iguais perante a lei”, esta expressão é o cerne da isonomia formal, onde de maneira literal não deve-se existir diferenciações entre os indivíduos. Porém o caput do art. 5º deve ser analisado concomitantemente com os diversos outros enunciados da Carta Magna, resultando assim de maneira incorreta uma igualdade na lei e uma igualdade perante a lei. Sobre o assunto leciona SILVA (2004, p. 214):

[...] a doutrina como a jurisprudência já firmaram, há muito, a orientação de que a igualdade perante a lei tem o sentido que, no exterior, se dá à expressão *igualdade na lei*, ou seja: *o princípio tem como destinatário tanto o legislador como os aplicadores da lei*. O princípio significa, para o legislador - consoante observa Seabra Fagundes - ‘que, ao elabora a lei, deve reger, com iguais disposições - os mesmos ônus e as mesmas vantagens - situações idênticas, e, reciprocamente, distinguir, na repartição de encargos e benefícios, as situações que sejam entre se distintas, de sorte a quinhôá-las ou grava-las em proporção às suas diversidades’[...].

Seguindo o raciocínio da doutrina majoritária, uma avaliação minuciosa do princípio da igualdade nos artigos da Constituição de 1988 seria desnecessária, porém é de grande valia enfocar a finalidade buscada pelo legislador ao tratar da igualdade no corpo normativo da Lei Maior, desta forma o que serão posteriormente apresentado são sucintos comentários que visam destacar o tratamento equânime protegido pela Magna Carta.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

É visível neste preâmbulo a importância dada pela nossa Magna Carta à igualdade dos seres humanos e da necessidade do tratamento uniformizado entre os mesmos. Enfoca de maneira precisa a igualdade como valor supremo de uma sociedade ideal.

CRETELA JR (1997, p. 99) comenta que:

[...] relevante e básico princípio constitucional da isonomia, que as Constituições brasileiras, inclusive a de 1988, colocam no capítulo dos DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS. Ao lado do princípio de igualdade perante a lei, as Constituições colocam o *princípio de igualdade para a admissão aos cargos públicos*, ambos direitos fundamentais, consagrados pela técnica da absoluta *horizontalidade* de tratamento pelo Estado. Nem privilégios, sem prerrogativas, nem distinções. Nem *todos os cidadãos são iguais, em si e por si*, ocorrendo desigualdades derivadas das aptidões pessoais, nunca de classe, de sexo, de convicção política, de crença religiosa, de raça. Os chamados 'tratamentos desiguais em razão do *status*' constantes de lei, são prerrogativas que não ofendem o princípio da isonomia".

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

No primeiro artigo deste texto normativo, encontram-se diversos exemplos de igualdade, por exemplo: a dignidade da pessoa humana só é obtida se for livre de preconceitos e perseguições; o pluralismo político é marca da diversidade e tratamento igualitário independente de cada ideal; a cidadania fortalece a idéia de pessoas igualmente tipificadas e etc.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Até mesmo entre os Poderes, encontramos a idéia de igualdade entre os mesmos, onde estes são interdependentes e harmônicos entre si.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Não há como se falar de uma sociedade justa sem a igualdade, e explicitamente é descrito no inciso III, que o Estado visa reduzir a desigualdade, ou seja, buscar uma maior aproximação ou uniformização da realidade de toda a sociedade. E de forma objetiva no inciso IV, esclarece-nos a Carta Maior que ninguém deverá ser discriminado, prova da igualdade.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados;

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Não resta dúvida aqui que o tema é de grande importância como apresenta este artigo: a igualdade entre os Estados, repúdio ao racismo, prevalência dos direitos humanos e etc. Todos exemplos de igualdade ou aversão à desigualdade.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º **Todos são iguais** perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - **homens e mulheres são iguais** em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a **liberdade** de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por **motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política**, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício **de qualquer** trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - **é assegurado a todos** o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, **podendo qualquer pessoa**, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - **todos podem** reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - **ninguém poderá ser compelido** a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à

propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, **sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus"**;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, **a defesa do consumidor**;

XXXIII - **todos têm direito** a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

XXXIV - **são a todos assegurados**, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, **salvo para beneficiar o réu**;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - **nenhum brasileiro** será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - **ninguém** será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - **ninguém** será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - **ninguém** será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - **ninguém** será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - **ninguém** será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" **sempre que alguém** sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - **qualquer cidadão** é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - **são gratuitos para os reconhecidamente pobres**, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII **a todos**, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 1º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Este artigo é a maior prova da necessidade de um tratamento igualitário entre todos para que a sociedade consiga alcançar um patamar justo. Consolida-se de maneira muito importante a necessidade de uma igualdade, livre de preconceitos seja ele de qual natureza for. Através dos grifos pode-se localizar facilmente a ênfase dada a igualdade no artigo supra apresentado. Descreve então de maneira genérica tais incisos visando abranger o maior número de destinatários possíveis em cada um deles. Ao tratar das palavras todos ou ninguém, o legislador busca direcionar a todos a finalidade da lei, mesmo que para isso necessite do tratamento desigual para os desiguais.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Preocupa-se de maneira concreta o Estado em oferecer assistência social, seja ela qual for a todos, independente das condições financeiras, regionais e etc, para que indistintamente todos possam ter uma vida digna. Em um Estado Democrático de Direito, a justiça é alcançada com um tratamento diferenciado para aqueles que se apresentam em situações diferenciadas, objetivando assim que todos participem de maneira equânime no âmbito social.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores **urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Ressalta-se aqui a indistinção dos trabalhadores, sejam do campo ou na cidade nos seus direitos constitucionais. Declara este artigo os direitos dos trabalhadores, buscando desta forma a Lei Maior atingir uma das finalidades do Estado, a prosperidade social. Tal prosperidade só é alcançada quando livre de privilégios, obtendo assim maior eficiência na atividade administrativa por ser imparcial.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base

territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º - A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º - Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

De maneira uniforme, a norma constitucional apresenta seu texto visando atingir de maneira indistinta seus alvos, onde aqueles que aqui se enquadram não se vejam diferenciados.

Os sindicatos defendem os interesses coletivos (e individuais) das categorias de maneira igual, buscando a defesa do direito, de cada um da classe, ameaçado.

Surge também, de que ninguém será obrigado a filiar ou manter-se filiado a um sindicato. Desta forma, sem preferência a nenhuma classe trabalhadora.

CAPÍTULO III

DA NACIONALIDADE

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

d) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade, salvo no casos:

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º - São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Por questão lógica, as pessoas aqui são tratadas de maneira diferenciada, objetivando a segurança do nosso país, pois tais funções devem ser desempenhadas por brasileiros natos, visto a importância e o caráter decisório do cargo.

CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º - É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Neste capítulo é importante salientar que todos têm o direito a possuir diferentes entendimentos sobre a diversidade política, desta forma sendo uniforme seu tratamento independente de sua ideal política.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

No artigo supra mencionado, a Constituição novamente apresenta a impossibilidade de discriminação entre os membros do país.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

É importante observar o inciso II, onde o texto não trata de maneira discriminatória aqueles que necessitam de ajuda especial, mas sim garantem a assistência à saúde de maneira explícita visando salvaguardar os direitos dos mesmos.

Seção IV DAS REGIÕES

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º - Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

Nesta seção se torna transparente o comentário anteriormente exposto.

CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, o princípio da igualdade é um princípio garantidor dos direitos individuais, sendo por isso, um tema muito importante ao acadêmico de Direito.

O Direito como uma ciência social deôntica, necessita de amparos fundantes para legitimar sua função. Estes amparos devem buscar um benefício, uma prosperidade e uma evolução objetivando minimizar as desigualdades que assolam todas as sociedades.

Indubitável é que em uma sociedade moderna se reconheça diferenças a serem atenuadas pela lei em um Estado Democrático de Direito. Certo é, que por diversas vezes a igualdade deve ser invocada, para que sejam respeitadas oportunidades iguais a todos, sem distinção de sexo, religião, raça e etc.

Isto posto, entende-se de maneira mais clara o cuidado do legislador ao tratar da matéria e sua extrema importância no ordenamento jurídico, como foi apresentado nesta monografia de maneira direcionada ao analisar a nossa Magna Carta. Esta preocupação incorre do grande problema da desigualdade social que hoje nos afeta.

Em um primeiro momento, aparentava tratar-se de um tema simples, no qual não se encontrariam maiores dificuldades para apresentá-lo, porém, esta expectativa restou frustrada, já que tais elementos característicos do assunto tiveram que ser abordados de forma muito cautelosa, por tratar-se de um direito fundamental dos indivíduos. Assim foi de grande valia o ilustre trabalho de Celso Antônio Bandeira de Mello. Desta forma, por diversas vezes tal obra serviu de “norte” para o trabalho, cuidadosamente para simplesmente não plagiar as idéias do autor supramencionado. Impossível seria, apresentar algo novo, pois não se trata de uma tese de pós-graduação e sim uma monografia.

Após diversas leituras de grandiosas obras, conselhos do orientador, pesquisas, foi possível delimitar o tema e direcionar tal dispositivo.

A Constituição Federal é grande fonte daquilo que foi exposto, tratando de sua grandiosa importância, não há como discordar de sua presunção absoluta e genérica.

Não há como se falar em justiça sem igualdade, logo seria falsa qualquer sociedade democrática, se este não fosse um dos pilares principais do sistema.

Tal problemática se encontra na forma de se concretizar tal ideal, seja através do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Assim, faz-se necessário a harmonização dos Poderes para que o objetivo seja alcançado.

Por fim, entende-se que há uma necessidade grande em estudar de maneira aprofundada tal dispositivo, pois é não só um problema de nosso cotidiano, mas um problema que carece de amparo mais concreto, palpável e direcionado a todas as classes sociais.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, H. **Teoria dos princípios**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4 ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CRETELLA JR, J. **Comentários à Constituição de 1988**. 3 ed. São Paulo: Forense universitária, 1997.

MARTINS, I. G. da S. **Direito constitucional interpretado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

MARTINS, S. P. **Direito processual do trabalho**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELLO, C. A. B. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. , 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 13 São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.